

O conceito de Gênero e a Antropologia: Entrevista com Mariza Corrêa

Camila Rocha FIRMINO e Natália SGANZELLA

Entre 1996 e 1998, a professora Mariza Corrêa foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Durante trinta anos foi professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integra o corpo docente da Área de Gênero no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Foi uma das criadoras do PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp, no qual atua como pesquisadora. É autora de importantes artigos e dos livros *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais* (1983) e *Antropólogas & Antropologia* (2003).

r@u – Cara Professora Mariza, primeiramente, agradecemos muito sua generosidade em contribuir para a **r@u** através desta entrevista. Sabemos que você tem um importantíssimo papel no registro da história da antropologia no Brasil, mas gostaríamos de nos deter, nessa entrevista, no conceito de gênero, antropologia, movimento feminista e política para mulheres. Mariza, em um de seus artigos,¹ você coloca que sua pesquisa de mestrado, sobre os crimes de honra no Brasil, primeiro despertou interesse dos juristas, e só 10 anos depois das feministas. A senhora também coloca que sua inserção no movimento feminista deu-se após a defesa de seu mestrado. Apesar disso, você considera que essa pesquisa já continha uma perspectiva feminista ou de gênero?

Mariza – Sim, com certeza a pesquisa que resultou no livro *Morte em Família* tinha uma perspectiva feminista – gênero naquela época ainda não estava no nosso horizonte teórico, ainda que seja possível ler essa preocupação, sem essa orientação, na pesquisa. Mas eu já era uma feminista, desde a leitura de Simone de Beauvoir, nos anos 60, e convém lembrar que nos anos 70 houve um crescimento dos movimentos feministas em todo o mundo. Por aqui não foi diferente. Os juristas, claro, estavam mais interessados nessa pesquisa por suas próprias razões, mas também é verdade que as feministas se apropriaram dela em seguida – tanto na imprensa feminista da época, quanto nos movimentos sociais. Lembro que vários programas foram criados na televisão nessa época, ventilando as questões feministas que os movimentos sociais propunham – como *Malu Mulher* e *Quem ama não Mata*, por exemplo.

¹ Do feminismo aos estudos de gênero: uma experiência pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 16, 2001.

r@u – Como você mesma colocou, em entrevista a *Cadernos de Campo* (2003), o fato de o argumento jurídico de legítima defesa da honra não ser mais aceito (para o assassinato de mulheres) reflete uma mudança social. Entretanto, ainda vemos homicídios cujas motivações remetem a valores de uma dominação masculina serem tratados, sobretudo pelas mídias, como crimes passionais. Como você analisa essa relação entre o poder jurídico e a sociedade?

Mariza – Algo que ficou muito claro para mim na época, e que está expresso na última frase do livro (“Continuem se matando entre si que nós sempre saberemos como julgá-los entre nós.”) retrata bem, acho, essa relação entre o poder jurídico e a sociedade. Ainda que o argumento de “legítima defesa da honra” – que era uma invenção jurídica, que não tinha guarida nos códigos – tenha perdido seu estatuto quase-legal, sendo agora quase sempre rejeitado pelos tribunais de segunda instância, o modo como os tribunais do júri se estruturam continua a possibilitar o uso dessa retórica, agora formulada de maneira ligeiramente diferente. Aquela frase se referia especificamente ao tribunal do júri de Campinas, num período determinado, e que era constituído principalmente por agentes do campo jurídico – funcionários da justiça, professores e estudantes de direito – e creio que sua composição nos tribunais do país continua a desafiar os pesquisadores dessa instituição. Isto é, ainda que os costumes sociais se alterem, a justiça leva algum tempo para incorporar essas mudanças, não só aos códigos, mas também à retórica de uma corporação que é, afinal, muito forte.

r@u – Sabendo que você participou diretamente da construção desse ‘novo’ objeto nas Ciências Sociais brasileira, que poderíamos denominar “família e gênero,” gostaríamos que nos falasse um pouco sobre a contribuição desse novo campo para a antropologia. O que mudou na antropologia após a consolidação dos estudos de gênero?

Mariza – De fato, creio que foi o feminismo que mudou a antropologia - e as ciências em geral. Há um belo artigo de uma cientista muito respeitada, Evelyn Fox Keller (*cadernos pagu*, 27, 2006) que mostra como, depois da emergência dos movimentos feministas contemporâneos, mudaram as *perguntas* nas ciências biológicas – que é o que realmente transforma a ciência. A noção de gênero foi

uma consequência disso, da busca de um conceito mais amplo para tratar das desigualdades entre homens e mulheres, percebidas em várias sociedades, a partir dos movimentos sociais de mulheres no século passado. Na antropologia não foi diferente: a partir dessa percepção das desigualdades, de que a existência dessas desigualdades não é ‘natural,’ é que teve início uma lenta caminhada, recém iniciada, e que a agenda de questões feministas foi sendo incorporada às pesquisas. Ironicamente, a pesquisa com mais impacto na área da antropologia – a de Marilyn Strathern em *O Gênero da Dádiva* – não se submete a essa agenda, apesar de ter virado de ponta cabeça as concepções que se tinha até então da noção de gênero, ao nos mostrar como a própria percepção dessa noção, e dessas desigualdades, varia de uma sociedade para outra.

r@u – Mariza, você coloca que houve uma continuidade entre o movimento feminista/gay dos anos 70 e a consolidação dos estudos de gênero no Brasil nos anos 90. Como você vê essa relação na atualidade? A consolidação dos estudos de gênero como uma temática acadêmica implicou em uma renúncia dos pressupostos do movimento feminista/gay? Como esse desvinculamento entre feminismo/movimento gay e estudos de gênero modificou o caráter do último, em relação à produção da década de 70? Essa especialização/desvinculação dos segmentos não fragmenta o debate político que todos reivindicam? Ou as questões políticas e debates acadêmicos não se chocam?

Mariza – A questão da ‘despolitização’ é antiga e creio que seria preciso ter vivido nos anos setenta para se ter uma idéia mais clara a respeito dela. Naquela época, politizávamos as questões que podíamos – como a política propriamente dita estava fora de questão, nos anos da ditadura, muitas questões que talvez não tivessem emergido em tempos ‘normais’ foram sendo politizadas, o que foi um ganho, apesar das tantas perdas que tivemos. Assim, o movimento feminista, o movimento gay, o movimento dos negros, etc., etc., foram investidos de uma energia e vigor incomuns. Veja-se o número de jornais ditos ‘alternativos’ na época – *Lampião, Versus, Nós Mulheres, Beijo*, etc. – ou a surpreendente encenação do grupo Dzi Croquettes, até hoje pioneiro na enunciação de questões de gênero relevantes. Então, a sensação de que todas essas iniciativas foram despolitizadas faz parte do processo político que se seguiu: muita gente que estava investindo nos movimentos alternativos voltou à sua via tradicional – os

partidos políticos – assim que isso foi possível. Não creio que tenha havido qualquer ‘renúncia’ aos ‘pressupostos’ dos movimentos – mas sim que houve um investimento, muito produtivo, a julgar pelo que se publica no país hoje, de muitos desses ativistas em pesquisas acadêmicas. Acho que a academia ganhou com isso, houve um influxo de novas questões nos currículos das universidades, na pesquisa e no debate. Há que se levar em conta também que com o crescimento das organizações não governamentais – as ONGS - uma parte dos ativistas que não se sentiam confortáveis nos partidos políticos ou na universidade investiu nessa nova forma de atuação política.

r@u – Em uma aula de sua disciplina “Gênero, raça e família”, na pós- graduação do IFCH da Unicamp, você mencionou que os estudos de gênero no Brasil, de início, eram, em sua maioria, estudos sobre família. Alguns autores brasileiros, que trabalham com classes populares, falam que a noção de família funcionaria como uma ideologia nesses segmentos, construindo corpos e valores. Pensando em tudo isso, você considera que pensar a maternidade, no sentido dumontiano de ideologia, é uma vertente que esboça o cotidiano vivido?

Mariza – Não creio que as noções de família e maternidade sejam ‘ideologias de classe’ – basta ver como estão disseminadas na sociedade em geral, hoje e historicamente. Um antropólogo inglês, Alan Macfarlane, tem belos livros sobre a persistência da idéia de amor e casamento, por exemplo. E, ainda que os estudos sobre o assunto sejam escassos, seria interessante refletir sobre como as relações familiares produzem uma espécie de ‘matriz’ para as relações sociais em geral – nas prisões, nos pensionatos de moças e rapazes, nas moradias estudantis, na política contemporânea, e até nas famílias de homossexuais, masculinos e femininas. Tanto no Brasil como em outros países, foi o avanço das pesquisas sobre família – pesquisas históricas e demográficas - que impulsionou, num primeiro momento, muitas pesquisas que hoje estão sob a rubrica de ‘estudos de gênero’, ao mostrar que coexistiam *A Família* (ideológica) e *famílias* dos mais variados tipos: mulheres como chefes de família, circulação de crianças entre várias famílias e classes sociais, trabalhadoras domésticas vistas como iniciadoras sexuais, famílias de homossexuais, etc. Essas pesquisas mostraram também, com clareza, como questões polêmicas como o aborto e a

prostituição são parte integrante dessa constelação familiar e que as lutas sobre essas questões são antes parte de uma luta estrutural mais ampla, que extrapola a vida cotidiana. Como, por exemplo, as lutas da Igreja Católica – e agora das várias denominações evangélicas, como se está vendo nessas eleições - pela imposição política de seus dogmas sobre uma população que, historicamente, resiste a eles.

r@u – Gostaríamos que você comentasse um pouco, o debate sobre a universalização dos direitos humanos e defesa do ‘ritual’, no caso dos movimentos pró e contra a prática da excisão e da infibulação. Em que esse debate contribui para pensarmos nossos próprios pressupostos acerca de natureza – cultura?

Mariza – Acho que menos do que a relação natureza/cultura, cujos termos estão postos em xeque na literatura antropológica e filosófica contemporânea (ver, por exemplo, Bruno Latour e François Jullien), o que se discute – *quando* se discute – no debate sobre a excisão, a infibulação e a circuncisão é um aspecto novo em todas as pesquisas, antropológicas ou outras, que recém começa a ganhar espaço na literatura acadêmica e política, que é o direito das crianças. Essa é a grande novidade nessa literatura em geral. Algumas dessas intervenções nos corpos das crianças são parte de um conjunto de intervenções bem documentadas – veja-se o relatório preparado pelo pesquisador brasileiro Paulo Sergio Pinheiro para a ONU – e generalizadas de agressão a esses corpos frágeis, em quase todas as sociedades. Os mais fracos tem sido sempre, historicamente, alvo dessas intervenções – mulheres, crianças, velhos. As intervenções, até há pouco tempo analisadas como rituais tradicionais, estão sendo vistas agora, a partir do estudo de casos nos países nos quais elas persistem, principalmente através das práticas de imigrantes de países nos quais elas se originaram, dentro de outras constelações culturais, como agressões a crianças – e não mais como ‘ritos de passagem’, já que são agora, em geral, dirigidas a crianças e não a adolescentes – quando tradicionalmente marcavam uma transição da infância à idade adulta, por exemplo. O mesmo fenômeno, aliás, acontece nas ‘nossas’ sociedades, no que diz respeito à circuncisão de meninos, em queda nos países nos quais ela era predominante há poucos anos atrás – particularmente nos Estados Unidos. E também no que diz respeito às intervenções em bebês considerados de ‘sexo

ambíguo' – os antigos hermafroditas, cada vez mais vistas como uma espécie de uso de cobaias humanas para experiências de novas técnicas cirúrgicas do que como necessárias à vida dessas crianças.

Camila Rocha Firmino

Mestranda em Antropologia Social pela UFSCar

Natália Sganzella

Mestranda em Antropologia Social pela UFSCar

Recebido em 07/10/2010

Aceito para publicação em 07/10/2010